

AS DIFICULDADES NA IMPLANTAÇÃO DO ENSINO REMOTO NO IFPB – CAMPUS CAJAZEIRAS NO INÍCIO DA PANDEMIA

THE DIFFICULTIES IN THE IMPLANTATION OF REMOTE TEACHING IN IFPB - CAMPUS CAJAZEIRAS AT THE BEGINNING OF THE PANDEMIC

Edmundo Vieira de Lacerda ¹

RESUMO

O presente trabalho busca analisar as dificuldades para implantação do Ensino Remoto Emergencial no Instituto Federal da Paraíba – Campus Cajazeiras, no início da pandemia do COVID-19, no ano de 2020. O Ensino Remoto Emergencial - ERE – pode ser considerado como sendo uma nova modalidade de ensino que apresenta similaridades com a modalidade de ensino a distância (EAD), vez que as suas semelhanças são tão grandes que é possível afirmar que se trata da mesma modalidade ou mecanismo de ensino, isto na visão dos estudiosos do assunto. O Ensino Remoto associa-se ao fato de professores e alunos estarem impedidos de frequentarem, de forma presencial as escolas, cumprindo a exigência do isolamento social recomendadas pela Organização Mundial da Saúde e do Ministério da Saúde. Já o Emergencial foi devido à rapidez com que as aulas foram suspensas e os Professores e Alunos tiveram que se adaptar a uma nova estratégia para poder dar continuidade às atividades acadêmicas no processo de ensino-aprendizagem. Nesse contexto, objetivou-se com esse estudo de pesquisa avaliar as principais dificuldades para implantação do Ensino Remoto em caráter emergencial vivenciadas por professores e alunos do IFPB-Campus Cajazeiras no início da pandemia do COVID-19, no ano de 2020. A pesquisa em pauta tem natureza descritiva e exploratória, recorrendo à técnica de análise do Estudo de Caso. As principais dificuldades observadas pelos estudantes dizem respeito a carência de equipamentos de multimídia, internet e conhecimentos específicos para lidarem com aulas síncronas ou assíncronas, conforme exige o ensino remoto. Por outro lado, os professores relataram como dificuldades a falta de formação continuada em tecnologias da informação, a baixa quantidade de estudantes conectados e a baixa qualidade dos equipamentos de multimídias em home office. Esses resultados poderão auxiliar a comunidade escolar a desenvolverem estratégias capazes de facilitar o processo de ensino-aprendizado, bem como o conhecimento das dificuldades enfrentadas para implantação do Ensino Remoto Emergencial na fase inicial da pandemia do COVID-19, no ano de 2020.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Remoto Emergencial. Implantação. Dificuldades.

ABSTRACT

The present work seeks to analyze the difficulties for the implementation of Emergency Remote Teaching at the Federal Institute of Paraíba - Campus Cajazeiras, at the beginning of the COVID-19 pandemic, in the year 2020. Emergency Remote Teaching - ERE - can be considered as being a new teaching modality that presents similarities with the distance learning modality (EAD), since their similarities are so great that it is possible to say that it is the same modality or mechanism of teaching, this in the view of the scholars of the subject. Remote Teaching is associated with the fact that teachers and students are prevented from attending schools in person, fulfilling the requirement of social isolation recommended by the World Health Organization and the Ministry of Health. The Emergency was due to the speed with which classes were suspended and Teachers and Students had to adapt to a new strategy in order to continue academic activities in the teaching-learning process. In this context, the objective of this research study was to evaluate the main difficulties for the implementation of Remote Learning on an emergency basis experienced by Professors and Students of the IFPB-Campus Cajazeiras at the beginning of the COVID-19 pandemic, in the year 2020. The research in The agenda is descriptive and exploratory in nature, using the Case Study analysis technique. The main difficulties observed by the students concern the lack of multimedia equipment, internet and specific knowledge to deal with synchronous or asynchronous classes, as required by remote teaching. On the other hand, teachers reported as difficulties the lack of continuing education in information technologies, the low number of students connected and the low quality of multimedia equipment in the home office. These results will be able to help the school community to develop strategies capable of facilitating the teaching-learning process, as well as the knowledge of the difficulties faced in the implementation of Emergency Remote Teaching in the initial phase of the COVID-19 pandemic, in the year 2020.

KEYWORDS: Emergency Remote Teaching. Implantation. Difficulties.

¹ Mestre em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University – ACU, revalidado pela UNIVALI. Especialista em Metodologia do Ensino pelo Instituto Superior de Educação de Cajazeiras – ISEC. Especialista em Direitos Humanos e Desenvolvimento – FAFIC. Especialista em Psicanálise Aplicada à Educação e Saúde - ANCHIETA. Especialista em Gestão Pública - IFPB. Advogado. Servidor do IFPB-Campus Cajazeiras. Professor da FASP – Cajazeiras – PB. Aluno do Doutorado em Educação da ACU. **E-mail:** edmundo_@uol.com.br. **Currículo Lattes:** lattes.cnpq.br/7092119722219291

INTRODUÇÃO

Em março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a situação de emergência em saúde em decorrência da pandemia do novo Coronavírus-Sars-Cov-2 (COVID-19) e estabeleceu três ações básicas para conter a disseminação do vírus, quais sejam: a de isolamento social, o tratamento dos casos identificados e testes massivos (BRASIL, 2020). Seguindo as orientações da OMS, a maioria dos governantes em todo o mundo, fecharam temporariamente todas as instituições educacionais na tentativa de conter a propagação do novo COVID-19 (UNESCO, 2020).

No território brasileiro, o Ministério da Saúde, observando o cenário mundial, decretou situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em razão da infecção humana pelo novo COVID-19 e assim em todos os Estados e Municípios foram suspensas as atividades escolares de forma presencial e começaram a desenvolver novos mecanismos que não prejudicassem os estudantes que se encontravam em isolamento social (BRASIL, 2020).

Para atender as determinações legais oriundas do Governo Federal, o Instituto Federal da Paraíba – IFPB – Campus Cajazeiras ao qual estou vinculado, na condição de servidor público desde 1995, disciplinou por seu Conselho Superior a criação de um Comitê de Crise para gerenciamento das atividades e assim poder organizar os procedimentos pertinentes visando à adaptação das atividades presenciais e a utilização do Ensino Remoto Emergencial (ERE), o que foi repassado para ser cumprido pelo IFPB-Campus Cajazeiras.

O ERE pode ser considerado como uma nova modalidade de ensino que apresenta similaridades com a modalidade de ensino a distância. Suas semelhanças são tão grandes que é possível afirmar que se trata da mesma modalidade ou mecanismo de ensino.

Para Coqueiro e Sousa (2021), o ERE (também denominado de ensino virtual) emergiu com a pandemia da COVID-19 diante da necessidade por

alternativas remotas (virtuais) visando o prosseguimento das atividades educacionais. Para os autores supracitados, houve uma espécie de virtualização (adaptação) do ensino presencial com uso das tecnologias. Logo, os assuntos, apostilas, vídeos, material em linguagem híbrida são organizados e postados em aplicativos, ferramentas digitais, redes sociais, a exemplo de WhatsApp, Facebook, Google Classroom, Google Meet, Padlet, por exemplo. Também as aulas síncronas ocorrem por meio destas tecnologias digitais da informação e comunicação.

No ponto de vista de Moreira *et al.* (2020), a suspensão das atividades letivas presenciais, por todo o mundo, gerou a obrigatoriedade dos professores e estudantes migrarem para a realidade on-line, transferindo e transpondo metodologias e práticas pedagógicas típicas dos territórios físicos de aprendizagem, naquilo que tem sido designado por ensino remoto de emergência. E na realidade, essa foi uma fase importante de transição em que os professores se transformaram em youtubers, gravando videoaulas e aprenderam a utilizar sistemas de videoconferência, como o Skype, o Google Hangout ou o Zoom e plataformas de aprendizagem, como o Moodle, o Microsoft Teams ou o Google Classroom. No entanto, na maioria dos casos, estas tecnologias foram e estão sendo utilizadas numa perspectiva meramente instrumental, reduzindo as metodologias e as práticas a um ensino apenas transmissivo.

A partir desse novo modelo de ensino começaram a surgir os problemas, seja pelo fato de uma grande proporção de estudantes não disporem de equipamentos como celulares, tablets e computadores, seja pelo fato de nem todos os alunos poderem dispor de internet em casa para acompanharem as aulas ministradas de forma virtual (CUNHA *et al.*, 2020), e os professores tinham que se adequar ao Ensino Remoto, conhecendo e se ajustando as tecnologias para poder desenvolver suas atividades, o que foi detectado pelos Diretores do IFPB – Campus Cajazeiras.

No Ensino Remoto, os recursos tecnológicos utilizados pelos professores em suas aulas, ainda enfrentam diversas dificuldades, sendo de maior extensão aqueles associados a formação inexistente ou precária para o uso pedagógico das ferramentas tecnológicas, a resistência individual do docente ao se apropriar das potencialidades dos recursos tecnológicos em sala de aula, bem como as dificuldades inerentes aos estudantes como a falta de recursos de multimídia, internet e a falta de tolerância por parte dos alunos para assistirem aulas remotas.

De acordo com Lima *et al.* (2021), na contemporaneidade os recursos metodológicos e a forma de ensinar mudaram gradativamente, exigindo do professor treinamento e novos conhecimentos para trabalhar em sala de aula. Além disso, por se sentirem inseguros quanto às novas ferramentas de trabalho exigidas atualmente, muitos são os professores desmotivados com a sua profissão e isso implica diretamente na aprendizagem dos seus alunos.

Diante desse cenário estudos de pesquisa que façam um levantamento das principais dificuldades para implantação do Ensino Remoto Emergencial no Instituto Federal da Paraíba – Campus Cajazeiras, na fase inicial da pandemia do COVID-19 são relevantes, visto que o seu conhecimento poderá contribuir com o desenvolvimento de novas estratégias de ensino e, principalmente, a possibilidade de intervenção no sistema para a melhoria do processo de ensino-aprendizado.

Nesse contexto, objetivou-se com esse estudo de pesquisa avaliar as principais dificuldades para implantação do Ensino Remoto em caráter emergencial vivenciadas por Professores e Alunos do IFPB-Campus Cajazeiras no início da pandemia do COVID-19, no ano de 2020.

METODOLOGIA

A abordagem adotada neste estudo foi

representada por um estudo de caso, pois permite que o pesquisador tenha contato direto com o ambiente. Assim, o pesquisador manterá contato direto com o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo (PRODANOV, 2006).

A pesquisa em pauta também apresenta natureza descritiva e exploratória, pois necessitará recorrer à técnica de análise do Estudo de Caso, os quais permite que o pesquisador analise um determinado campo dentre as demais, aprofundando seu conhecimento sobre o assunto, contribuindo com informações peculiares a respeito da temática estudada, bem como a disponibilidade de informações seguras que poderá ser utilizada pela comunidade científica. Isso significa que os resultados obtidos pelo pesquisador poderão contribuir significativamente para a melhoria prática da comunidade escolar, pois suas informações possibilitarão a resolução de alguns problemas metodológicos que limitam a prática do professor e o aprendizado dos estudantes, nesse caso o Ensino Remoto Emergencial.

REFERENCIAL TEÓRICO

Desde o início do ano de 2020, o mundo começou a passar por diversas transformações em função da imensa agressividade do COVID-19, necessitando de realizar várias adaptações, incluindo o sistema de ensino. Nesse contexto, desde a declaração do Estado de Emergência Nacional, os governantes do mundo inteiro determinaram algumas medidas severas de isolamento à exemplo a suspensão das aulas presenciais em todo o sistema educacional.

Assim, a apreensão decorrente da pandemia do COVID-19 associada às medidas de distanciamento social teve um grande impacto em toda a sociedade, sendo que milhares de crianças e jovens tiveram suas atividades escolares interrompidas ou substituídas por sistema de ensino remoto.

Após a declaração da pandemia do COVID-19 por parte da OMS, em 11 de março de 2020, foram estabelecidas três ações básicas para conter a disseminação do vírus, a de isolamento social, o tratamento dos casos identificados e testes massivos (BRASIL, 2020), tendo a maioria dos governos em todo o mundo fecharam temporariamente todas as instituições educacionais na tentativa de conter a propagação do COVID-19 (UNESCO, 2020).

No Brasil, um dos primeiros documentos que regulou o Ensino Remoto durante a pandemia do COVID-19 foi a Portaria Federal nº 343, de 17 de março de 2020 (BRASIL, 2020), a qual serviu de base para a implementação desta modalidade de ensino em diferentes unidades da federação.

O ERE tem suas características marcadas pela virtualização da sala de aula, de maneira que a sala de aula presencial foi substituída emergencialmente pela sala de aula virtual, constituída por tecnologias síncronas como: Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), softwares de transmissão ao vivo, vídeo chamada e/ou videoconferência e recursos tecnológicos assíncronos (SUNDE *et al.*, 2020).

De acordo com Sanchez *et al.* (2021), a nomenclatura ERE - Ensino Remoto está associada ao fato de professores e alunos estarem impedidos de frequentarem as escolas, cumprindo a exigência do isolamento social recomendado pelo Ministério da Saúde. Já o termo Emergencial deve-se à necessidade urgente de manter o ano letivo dos estudantes, ou seja, como as aulas foram suspensas tanto os estudantes como os alunos necessitaram se adequar a uma nova forma de ensino. Em resumo, as aulas foram suspensas e os professores e alunos tiveram que se adaptarem a uma nova estratégia para a mediação dos conteúdos escolares.

Coqueiro e Sousa (2021) relatam em seus escritos que o ERE (também denominado de ensino virtual) emergiu com a pandemia da COVID-19 diante da necessidade por alternativas remotas (virtuais)

objetivando o prosseguimento das atividades educacionais letivas. Para os autores supracitados, houve uma espécie de virtualização (adaptação) do ensino presencial com o uso das tecnologias. Assim, os assuntos, apostilas, vídeos, material em linguagem híbrida são organizados e postados em aplicativos, ferramentas digitais, redes sociais, a exemplo de WhatsApp, Facebook, Google Classroom, Google Meet, Padlet, por exemplo.

No contexto de Moreira *et al.* (2020), a suspensão das atividades letivas presenciais, por todo o mundo, gerou a obrigatoriedade dos professores e estudantes migrarem para a realidade on line, transferindo e transpondo metodologias e práticas pedagógicas típicas dos territórios físicos de aprendizagem, naquilo que tem sido designado por ensino remoto de emergência.

Apesar do Ensino a Distância (EAD), propiciado pela internet, ter crescido no país nos últimos anos, especialmente no ensino superior, ainda há muita resistência na educação básica. Contudo, identificam-se algumas preocupações, especialmente na ocasião da nova e polêmica Diretriz Nacional do Ensino Médio, na qual abre-se espaço para incorporar essa modalidade como parte da carga horária da formação dos jovens (SARAIVA *et al.* 2020).

Quanto à realização das atividades remotas, elas podem ser assíncronas e síncronas (SANTOS JÚNIOR & MONTEIRO, 2020). As assíncronas são compostas de meios e recursos onde a interação entre professores e alunos ocorre a qualquer momento, ou seja, não há obrigatoriedade de sincronia, sendo exemplos delas: o fórum, o e-mail, os aplicativos de mensagens e plataformas de disponibilização de atividades, como o moodle, por exemplo, tornando-se uma forma mais flexível de aproveitamento dos estudantes, não sendo necessário sua presença física em tempo real. Por outro lado, nas atividades síncronas, é necessário que tanto o aluno como o professor interajam em tempo real através de canais da internet,

permitindo assim, uma relação entre os sujeitos da atividade em tempo real, pois há um horário definido para que todos participem, sincronicamente, como é o caso da web-conferência, do chat e da aula virtual (live).

De acordo com Miranda *et al.* (2020) distantes da sala de aula, os recursos virtuais ganharam destaque e utilidade, apresentando características específicas do mundo digital e com novos obstáculos a serem enfrentados tanto pelos alunos como pelos professores. Pautados nesse contexto, a utilização de formatos de aulas síncronas e assíncronas se torna essencial (LUNARDI *et al.*, 2021).

A nova dinâmica das aulas não presenciais são regradas de novos acordos entre a comunidade escolar: coordenação, professores, alunos e família. Desta forma, professores e alunos com câmeras ligadas, os microfones dos alunos desligados e ativados somente quando forem contribuir ou tirar dúvidas sobre o conteúdo, caracterizando a nova forma de se relacionar (ARRUDA, 2020).

A partir desse novo modelo de ensino começaram a surgir os problemas, seja pelo fato de uma grande proporção de estudantes não disporem de equipamentos como celulares, tablets e computadores, seja pelo fato de nem todos os alunos poderem dispor de internet em casa para acompanharem as aulas ministradas de forma virtual (CUNHA *et al.*, 2020).

De forma similar, Cunha *et al.* (2020), evidenciaram em seus estudos que os problemas que impedem o aproveitamento das aulas e aprendizados dos estudantes pelo ensino remoto indicam as desigualdades sociais, mostrando um país permeado de fragilidades, contradições e emergências, sobretudo no âmbito educacional quando são expostas questões ligadas à realidade da escola pública, dentre elas os perfis dos estudantes, a formação docente e a natureza das políticas/dos projetos educacionais. Em síntese, a pandemia visibilizou a realidade brasileira como ainda não ocorrera no pós-Segunda Guerra Mundial: um país altamente desigual, com graves problemas a serem

equacionados, como a erradicação do analfabetismo e/ou a elevação do nível de escolaridade da população brasileira, a melhoria no processo formativo do professor da Educação Básica, a diminuição da pobreza, dentre outros em diferentes aspectos e contextos.

Assim, o ERE, implantado às pressas e sem a consideração das múltiplas realidades brasileiras ou das reais condições de efetivação, revelou o quanto os projetos e/ou as políticas educacionais precisam ser melhor planejadas e implantadas baseadas nos indicadores sociais, seja de nível nacional ou dos microcontextos escolares, a fim de evitar o aprofundamento das desigualdades já existentes no país. Pelos dados e informações apresentados, verificou-se que o ERE pressupõe exclusão e agravo à qualidade do ensino da escola pública, alargando, principalmente, as diferenças intelectuais entre os estudantes.

Para Coqueiro e Sousa (2021), uma das formas de dinamizar o ERE seria à disponibilização de internet gratuita para estudantes que não possuem, o que culminará na diminuição desta desigualdade educacional entre os que possuem acesso à internet e os que não possuem. Assim, os autores reforçam que estas ações são urgentes, visto que, os profissionais da educação, mesmo recebendo a vacina protetiva à COVID-19, o percentual de público vacinado é bastante diferente a cada Município e Estado. No entanto, ainda há muitos profissionais da educação a serem vacinados assim bem como estudantes menores de dezoito anos e a população em geral, o que impede o retorno às aulas presenciais.

Quanto às dificuldades vivenciadas no ERE, Silva *et al.* (2021), verificaram que desde problemas com acesso à internet e equipamentos apropriados, problemas financeiros dos alunos e suas famílias, até problemas de cunho psicológico em toda a comunidade escolar. Ademais, não foi nada trivial a transposição emergencial do modelo de ensino presencial para os moldes do ensino remoto. Esse processo exigiu um

extenuante esforço por parte de toda comunidade escolar, isto é, gestores, pedagogos, docentes, estudantes e famílias dos estudantes. Assim, o professor precisou mostrar flexibilidade e capacidade de adaptação às novas mudanças no âmbito escolar e educacional, além de que foi necessária uma dedicação de tempo e união de esforços em nível acima do usual para atingir as metas do ensino remoto na escola em questão.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para a realização dessa pesquisa foram obtidas informações junto a Direção Geral do Instituto Federal da Paraíba – Campus Cajazeiras e a Direção de Ensino, as quais evidenciaram as dificuldades enfrentadas para implantação do Ensino Remoto Emergencial no Instituto Federal da Paraíba – Campus Cajazeiras na fase inicial da pandemia do COVID-19, seja por parte dos Professores, seja por parte dos Alunos, no ano de 2020.

As principais dificuldades observadas pelos estudantes dizem respeito a carência de equipamentos de multimídia, internet e conhecimentos específicos para lidarem com aulas síncronas ou assíncronas, conforme exige o ensino remoto. Por outro lado, os professores relataram como dificuldades a falta de formação continuada em tecnologias da informação, a baixa quantidade de estudantes conectados e a baixa qualidade dos equipamentos de multimídias em home office.

Esses resultados poderão auxiliar a comunidade escolar a desenvolverem estratégias capazes de facilitar o processo de ensino-aprendizado, bem como o conhecimento das dificuldades enfrentadas para implantação do Ensino Remoto Emergencial na fase inicial da pandemia do COVID-19, no ano de 2020.

De maneira geral a implementação do Ensino Híbrido necessita romper diversas barreiras como o acesso à Internet de qualidade na escola e fora dela; o

hábito dos alunos de receberem as informações de forma expositiva desde os anos iniciais da educação formal; a falta de tempo dos professores, decorrente de suas diversas atribuições, aspecto que entra em conflito com o tempo necessário para o planejamento das atividades e elaboração de materiais; turmas com muitos alunos, o que dificulta a personalização do ensino (BARCELOS & BATISTA, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia do COVID-19 trouxe a necessidade de distanciamento social na sua fase inicial e as medidas recomendadas pelo Governo Federal (Ministério da Saúde) e pelo Conselho Superior do IFPB exigiram a utilização do ERE objetivando o prosseguimento das atividades educacionais letivas. Assim foi necessária a adaptação do ensino presencial com o uso das tecnologias, neste sentido, os assuntos, apostilas, vídeos, material em linguagem híbrida tiveram que ser organizados e postados em aplicativos e ferramentas digitais, redes sociais, tais como Whatsapp, Facebook, Google Classroom, Google Meet.

A suspensão das atividades letivas presenciais gerou a obrigatoriedade dos professores e alunos migrarem para a realidade virtual, transferindo e transpondo metodologias e práticas pedagógicas típicas do ensino presencial, naquilo que fora designado por ensino remoto de emergência.

Para a implementação do Ensino Remoto foi necessário romper diversas barreiras como o acesso à Internet de qualidade na escola e fora dela; o hábito dos alunos de receberem as informações de forma expositiva desde os anos iniciais da educação formal; a falta de tempo dos professores, decorrente de suas diversas atribuições, aspecto que entra em conflito com o tempo necessário para o planejamento das atividades e elaboração de materiais; turmas com muitos alunos, o que dificulta a personalização do ensino. Assim apesar de todas as dificuldades, entre erros e acertos pudemos

observar um grande esforço por parte dos professores e alunos para contornar os problemas advindos da implementação do ERE, na fase inicial da pandemia do COVID-19 no IFPB – Campus Cajazeiras, no ano de 2020, continuando na medida do possível, com as atividades educacionais.

Como sugestão para futuros trabalhos pode-se pesquisar sobre as alternativas adotadas pelo IFPB – Campus Cajazeiras para minimizar as dificuldades identificadas para implementação do ERE durante a pandemia do COVID-19.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, J. S.; SIQUEIRA, L. M. R. de C. Metodologias Ativas, Ensino Híbrido e os Artefatos Digitais: sala de aula em tempos de pandemia. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades**, v. 3, n. 1, p. e314292, 2020. <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/4292>
- BARCELOS, G.; BATISTA, S. C. Ensino Híbrido: aspectos teóricos e análise de duas experiências pedagógicas com Sala de Aula Invertida. **Renote**, v.17, n.2, p.60-75, 2019. <https://seer.ufrgs.br/renote/article/view/96587>
- BRASIL. **Resolução do Conselho Nacional de Educação /Conselho Pleno nº 2, de 10 de dezembro de 2020**. Institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020.
- COQUEIRO, N. P. S.; SOUSA, E. C. A educação a distância (EAD) e o ensino remoto emergencial (ERE) em tempos de Pandemia da Covid 19. **Revista Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.7, p. 66061-66075 jul. 2021. <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/32355>
- CUNHA, L. F. F., SILVA, A. S., SILVA, A. P. O ensino remoto no Brasil em tempos de pandemia: diálogos acerca da qualidade e do direito e acesso à educação. **Revista com Senso**, v. 7, n. 3, p. 27-37, ago. 2020. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/40014>
- LIMA, J. R. R. A implementação do ensino híbrido no período pós-pandemia. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*. São Paulo, v.7.n.2, p.710-719, fev. 2021. <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/667>
- LUNARDI, N. M. S. S., NASCIMENTO, A., SOUSA, J. B., SILVA, N. R. M., PEREIRA, T. G. N., FERNANDES, J. S. G. Aulas Remotas Durante a Pandemia: dificuldades e estratégias utilizadas por pais. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 46, n. 2, p. 1-22. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/GnhccHnG4mxDNdSQKDQ7ZBt/>
- MIRANDA, R. V., MORET, A. S.; SILVA, J. C., PERPETUA, S. B. Ensino Híbrido: Novas Habilidades Docentes Mediadas pelos Recursos Tecnológicos. **EaD Em Foco**, v.10, n. 1, p. 1-10, 2020. Disponível em: <https://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/articloe/view/913>
- MOREIRA, J. A. M., HENRIQUES, S., BARROS, D. Transitando de um ensino remoto emergencial para uma educação digital em rede, em tempos de pandemia. **Dialogia**, São Paulo, n. 34, p.351-364, jan./abr. 2020. <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/9756>
- PRODANOV, C. C. **Manual de metodologia científica**. 3. ed. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2006.
- SANCHEZ JÚNIOR, S. L., SOUZA, P. F. C., LORDANI, S. F. S., SCHABARUM, M. I. Ensino remoto emergencial em tempos de pandemia COVID-19: um relato de experiência na educação superior. **Revista Valore**, Volta Redonda, v. 6, p. 1-10, 2021. Disponível em: <https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/587>
- SANTOS JÚNIOR, V. B.; MONTEIRO, J. C. Educação e covid-19: as tecnologias digitais mediando a aprendizagem em tempos de pandemia. **Revista Encantar**, v. 2, p. 01-15, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/encantar/article/view/8583>
- SARAIVA, K., TRAVERSINI. A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-24, 2020. <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/download/16289/209209213529/209209228987>
- SILVA, A. D.; KAMINSKI, M. R.; BOSCARIOLI, C. Reflexões sobre os desafios do ensino híbrido no (pós-) pandemia na educação básica pública. **Revelli**, v. 13. 2021. <https://www.revista.ueg.br/index.php/revelli/article/view/11869/8969>
- SUNDE, R. M., JÚLIO, O. A., NHAGUAGA, M. A. F. O ensino remoto em tempos da pandemia da COVID-19: desafios e perspectivas. **Revista Epistemologia e Práxis Educativa**. Teresina, ano 3, n. 3, v. 03, p. 1-17, set./dez. 2020. <https://revistas.ufpi.br/index.php/epeduc/article/view/11176>
- UNESCO – **United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization**. “COVID-19 Educational Disruption and Response”. UNESCO Website [06/05/2020]. Disponível em: <https://www.unesco.org/en/articles/covid-19-educational-disruption-and-response><https://en.unesco.org/covid19/educationresponse>. Acesso em 26/07/2022.